

Capacitar | Valorizar | Transformar

PLANO DE FORMAÇÃO

Gestão Financeira Pública

2026

Coordenação
Centro de Competências
para a Gestão Financeira Pública

Contactos
(+351) 218 846 300 | centro.competencias@eo.gov.pt



Entidade
Orçamental



Apresentação

A crescente exigência de rigor, transparência, eficiência e responsabilização na gestão dos recursos públicos impõe o reforço contínuo das competências técnicas dos agentes e dirigentes da Administração Pública, particularmente nas áreas relacionadas com a gestão financeira pública, orçamental, patrimonial.

[Apresentação](#)[Objetivos](#)[Público-alvo](#)[Ações](#)[Inscrições](#)

Neste contexto, o presente Plano de Formação em Gestão Financeira Pública constitui um instrumento estratégico de capacitação institucional, alinhado com as atribuições da Entidade Orçamental (EO) enquanto órgão central de coordenação, acompanhamento e supervisão da execução das finanças públicas. Através deste plano, pretende-se promover a atualização permanente dos conhecimentos dos trabalhadores, assegurar a correta aplicação do quadro legal e regulamentar vigente e fortalecer as capacidades de planeamento, execução, monitorização e prestação de contas dos recursos públicos.

As ações formativas previstas procuram responder aos desafios decorrentes da modernização da Administração Pública, da consolidação da implementação de reformas e da crescente necessidade de adoção das melhores práticas de governação, controlo e transparência. Pretende-se igualmente desenvolver competências que contribuam para uma gestão orientada para resultados, para a sustentabilidade das finanças públicas e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

O plano foi estruturado em torno de áreas nucleares da gestão financeira pública, consideradas essenciais para o exercício das funções na área orçamental, contemplando ações formativas nas seguintes áreas:

- Planeamento e Orçamentação, visando o reforço das capacidades de programação e afetação estratégica dos recursos públicos;
- Contabilidade Pública, orientada para a correta aplicação dos normativos contabilísticos e para a fiabilidade da informação financeira;
- Relato Orçamental, com enfoque na produção, análise e divulgação de informação relevante para a tomada de decisão e prestação de contas;
- Execução Orçamental e Tesouraria, destinada ao aperfeiçoamento dos procedimentos de gestão financeira, fluxos de caixa e controlo da execução das receitas e despesas;
- e Finanças Públicas e Direito Financeiro, visando consolidar o conhecimento do enquadramento jurídico, institucional e dos princípios que regem a administração financeira do Estado.

Com a implementação deste Plano de Formação, a EO reafirma o seu compromisso com o fortalecimento da capacidade institucional, a valorização dos recursos humanos e a promoção de uma cultura de excelência, integridade e responsabilidade na gestão das finanças públicas, contribuindo para uma Administração Pública mais eficiente, moderna e orientada para o interesse público.

Objetivos

Reforçar as competências técnicas, normativas e operacionais dos dirigentes, técnicos e demais agentes da Administração Pública no domínio da Gestão Financeira Pública, promovendo uma gestão orçamental, financeira e patrimonial mais eficiente, transparente, responsável e alinhada com os princípios da boa governação, da sustentabilidade e da prestação de contas.

Os **objetivos específicos** estão alinhados com a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre o sistema de planeamento e orçamentação pública, fortalecendo as capacidades de programação, elaboração, gestão e acompanhamento dos instrumentos de planeamento e do Orçamento do Estado:

- Desenvolver competências na aplicação dos normativos de contabilidade pública, assegurando a correta classificação, registo, tratamento e reporte das operações financeiras e patrimoniais do Estado;
- Capacitar os participantes para a produção, análise e interpretação de informação orçamental e financeira, promovendo a melhoria da qualidade do relato, da monitorização e da prestação de contas;
- Reforçar os conhecimentos e as competências relativas à execução orçamental e à gestão da tesouraria, contribuindo para uma utilização eficiente dos recursos públicos, uma adequada gestão da liquidez e o cumprimento das normas de execução financeira;
- Consolidar o domínio dos princípios, normas e instrumentos das finanças públicas e do direito financeiro, garantindo uma atuação conforme ao quadro legal e institucional que rege a administração financeira do Estado;
- Promover a harmonização de procedimentos e boas práticas de gestão financeira entre os diferentes órgãos e instituições públicas, contribuindo para o fortalecimento dos sistemas de gestão e controlo interno;
- Melhorar a capacidade de análise e de tomada de decisão baseada em evidências, através da utilização adequada da informação orçamental, financeira e patrimonial;
- Fortalecer a cultura de transparência, responsabilização e integridade na gestão dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e eficácia;
- Potenciar a utilização eficiente dos sistemas de informação de gestão financeira do Estado, promovendo a modernização administrativa e a transformação digital dos processos financeiros públicos;
- Contribuir para o desenvolvimento contínuo dos recursos humanos da Administração Pública, assegurando a atualização permanente de conhecimentos face às reformas, alterações legislativas e desafios emergentes da gestão das finanças públicas.

Público-alvo

O presente Plano de Formação destina-se aos profissionais que exercem funções com impacto direto ou indireto nos processos de planeamento, gestão, execução, controlo e prestação de contas públicas, visando o reforço das suas competências técnicas e o desenvolvimento de capacidades alinhadas com as exigências de modernização e boa governação da Administração Pública.

O plano contempla igualmente os Gestores de Missão de Base Orgânica, atendendo ao papel estratégico que desempenham na coordenação, monitorização e implementação das atividades e objetivos institucionais dos serviços que acompanham. O reforço das suas competências em matérias de planeamento, orçamentação, execução financeira, monitorização de resultados e prestação de contas constitui um fator determinante para assegurar a articulação entre a gestão operacional e a gestão financeira, promovendo uma utilização eficiente dos recursos públicos e uma maior orientação para resultados.

A diversidade dos destinatários reflete a natureza transversal da gestão financeira pública e a necessidade de garantir uma linguagem técnica comum, procedimentos harmonizados e uma compreensão partilhada dos princípios, normas e instrumentos que regulam a administração financeira do Estado. Desta forma, o Plano de Formação procura fortalecer as capacidades institucionais dos organismos públicos e contribuir para uma gestão mais eficiente, transparente, responsável e orientada para o interesse público.

Dirigentes e quadros de direção dos órgãos e organismos da Administração Pública, responsáveis pela definição, coordenação e supervisão dos processos de gestão orçamental, financeira e patrimonial;

Técnicos superiores com funções nas áreas de planeamento, orçamento, finanças, contabilidade, controlo interno, património, auditoria e gestão administrativa e financeira;

Contabilistas públicos, responsáveis pela organização, registo, tratamento e relato da informação contabilística e financeira das entidades públicas;

Responsáveis financeiros e gestores orçamentais, incumbidos da programação, acompanhamento e monitorização da execução dos recursos públicos;

Tesoureiros e profissionais afetos à gestão da tesouraria pública, com responsabilidades na administração da liquidez, processamento de pagamentos, arrecadação de receitas e controlo dos fluxos financeiros;

Profissionais com responsabilidades na gestão financeira pública, independentemente da sua área funcional ou vínculo institucional, cujo desempenho exija conhecimentos técnicos relacionados com o ciclo orçamental e financeiro do Estado.

Ações

O Plano de Formação foi estruturado em torno de cinco eixos nucleares da gestão financeira pública, considerados essenciais para o exercício das funções na área orçamental.

Apresentação

Objetivos

Público-alvo

Ações

Inscrições

Orçamentação por Programas (14h)

Objetivos

Capacitar os participantes para compreenderem os princípios, metodologias e instrumentos da orçamentação por programas, reforçando a ligação entre o planeamento estratégico, a afetação de recursos e a avaliação dos resultados das políticas públicas. Pretende-se ainda desenvolver competências para a elaboração, monitorização e reporte de programas orçamentais orientados para objetivos, indicadores e resultados.

Programa

- Enquadramento da orçamentação por programas;
- Definição de objetivos orientados para resultados;
- Cadeia de valor pública;
- Construção de indicadores e metas;
- Monitorização e acompanhamento;
- Oficina prática.

Alterações Orçamentais: Regime e Aplicação (3h)

Objetivos

Proporcionar conhecimentos sobre o regime jurídico das alterações orçamentais e a sua aplicação prática no decurso da execução do orçamento, garantindo o cumprimento dos princípios e regras da gestão orçamental pública.

Programa

- Conceito e enquadramento das alterações orçamentais;
- Tipologias de alterações orçamentais;
- Competências para autorização e aprovação;
- Requisitos legais e procedimentais;
- Instrução dos processos de alteração;
- Registo e reporte das alterações;
- Principais constrangimentos e boas práticas;
- Casos práticos.

Pedido de Libertação de Créditos (3h)

Objetivos

Desenvolver competências para a correta elaboração e submissão de pedidos de libertação de créditos, assegurando a conformidade com as regras de execução orçamental e financeira.

Programa

- Conceito e finalidade da libertação de créditos;
- Enquadramento legal e regulamentar;
- Critérios e procedimentos de análise;
- Documentação de suporte;
- Fluxos de aprovação e controlo;
- Boas práticas na elaboração dos pedidos;
- Exercícios práticos.



Apresentação

Objetivos

Público-alvo

Ações

Inscrições

Acompanhamento da Execução dos Programas Orçamentais (6h)

Objetivos

Capacitar os participantes para monitorizar a execução dos programas orçamentais, analisando a execução financeira e física, utilizando indicadores de desempenho e identificando desvios que possam comprometer o cumprimento dos objetivos definidos.

Programa

- Enquadramento da monitorização dos programas orçamentais;
- Objetivos, resultados e indicadores dos programas orçamentais;
- Articulação entre execução financeira e execução física;
- Técnicas de acompanhamento e controlo da execução;
- Análise de desvios e identificação de riscos de execução;
- Monitorização de indicadores de desempenho e de resultado;
- Produção de informação de gestão e reporte para decisão;
- Boas práticas de acompanhamento dos programas orçamentais.

Documentos Únicos de Cobrança (DUC) (3h)

Objetivos

Dotar os participantes dos conhecimentos necessários à emissão, gestão e acompanhamento dos documentos únicos de cobrança (DUC), promovendo uma gestão mais eficiente das receitas públicas.

Programa

- Conceito e enquadramento dos DUC;
- Circuito de emissão e cobrança;
- Integração com os sistemas financeiros;
- Controlo e reconciliação de receitas;
- Tratamento de anulações e regularizações;
- Boas práticas operacionais;
- Exercícios práticos.

Reporte de Fundos Disponíveis (3h)

Objetivos

Capacitar os participantes para efetuarem o reporte dos fundos disponíveis de forma rigorosa e tempestiva, garantindo o cumprimento das obrigações legais e dos mecanismos de controlo financeiro.

Programa

- Conceito e relevância dos fundos disponíveis;
- Enquadramento normativo;
- Metodologias de cálculo;
- Procedimentos de reporte;
- Responsabilidades dos serviços;
- Análise de situações frequentes;
- Casos práticos de apuramento e reporte.



Apresentação

Objetivos

Público-alvo

Ações

Inscrições

Subsistema da Contabilidade Orçamental (14h)

Objetivos

Aprofundar os conhecimentos sobre os princípios e procedimentos da contabilidade orçamental, assegurando o correto registo, acompanhamento e controlo da execução do orçamento.

Programa

- Enquadramento da contabilidade pública;
- Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- Princípios da contabilidade orçamental;
- Fases da receita e da despesa pública;
- Registos contabilísticos orçamentais;
- Controlo da execução orçamental;
- Mapas e demonstrações orçamentais;
- Casos práticos de contabilização.

Subsistema da Contabilidade Financeira (14h)

Objetivos

Capacitar os participantes para aplicar as normas e procedimentos da contabilidade financeira pública, assegurando a produção de informação fiável, relevante e comparável.

Programa

- Enquadramento e objetivos da contabilidade financeira;
- Bases conceptuais do SNC-AP;
- Património público: reconhecimento e mensuração;
- Ativos, passivos e património líquido;
- Rendimentos e gastos;
- Operações correntes e de encerramento;
- Demonstrações financeiras;
- Casos práticos de registo contabilístico.

Prestação de Contas (14h)

Objetivos

Capacitar para a preparação, elaboração e análise das demonstrações de relato previstas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), assegurando o cumprimento legal e normativo aplicável à prestação de contas das entidades públicas.

Pretende-se desenvolver competências para a correta interpretação dos requisitos de divulgação financeira, orçamental e de gestão, reforçando a qualidade, transparência e fiabilidade da informação produzida pelas entidades públicas e submetida às entidades de supervisão e controlo.

Programa

- O SNC-AP;
- Demonstrações financeiras;
- Demonstrações orçamentais;
- Demonstrações de gestão;
- Regime simplificado;
- Casos práticos.

Execução da Despesa Pública: Principais Etapas (8h)

Objetivos

Desenvolver competências técnicas relativas aos procedimentos da execução da despesa pública, garantindo o cumprimento dos princípios da legalidade, economia, eficiência e controlo financeiro.

Programa

- Enquadramento da execução da despesa pública;
- Fases da despesa: cabimento, compromisso, obrigação e pagamento;
- Regras de elegibilidade e conformidade;
- Controlo e acompanhamento da execução;
- Registos e evidências documentais;
- Articulação com a tesouraria e a contabilidade;
- Principais riscos e irregularidades;
- Casos práticos.

Fundos Disponíveis e Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (3h)

Objetivos

Proporcionar uma compreensão sólida do regime dos fundos disponíveis e da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, reforçando a capacidade de prevenção de incumprimentos financeiros e de controlo da despesa pública.

Programa

- Enquadramento legal e objetivos do regime;
- Conceito de fundos disponíveis;
- Assunção e registo de compromissos;
- Obrigações de controlo e monitorização;
- Responsabilidades dos dirigentes e gestores;
- Consequências do incumprimento;
- Exercícios práticos.



Apresentação

Objetivos

Público-alvo

Ações

Inscrições

Princípios Fundamentais das Finanças Públicas (6h)

Objetivos

Proporcionar uma visão integrada do papel das finanças públicas na atividade do Estado e dos princípios que orientam a arrecadação, afetação e utilização dos recursos públicos.

Programa

- Enquadramento da monitorização dos programas orçamentais;
- Objetivos, resultados e indicadores dos programas orçamentais;
- Articulação entre execução financeira e execução física;
- Técnicas de acompanhamento e controlo da execução;
- Análise de desvios e identificação de riscos de execução;
- Monitorização de indicadores de desempenho e de resultado;
- Produção de informação de gestão e reporte para decisão;
- Boas práticas de acompanhamento dos programas orçamentais.

Sustentabilidade das Finanças Públicas (4h)

Objetivos

Sensibilizar os participantes para a importância da sustentabilidade das finanças públicas e para os mecanismos que contribuem para assegurar o equilíbrio orçamental e a estabilidade financeira do Estado no médio e longo prazos.

Programa

- Conceito de sustentabilidade orçamental e financeira;
- Equilíbrio das contas públicas;
- Riscos orçamentais e contingências fiscais;
- Dívida pública e encargos futuros;
- Regras fiscais nacionais e internacionais;
- Boas práticas de gestão financeira sustentável;
- Desafios atuais das finanças públicas.

As Contas Nacionais das Administrações Públicas (6h)

Objetivos

Introduzir os participantes aos conceitos, metodologias e indicadores utilizados nas contas nacionais das Administrações Públicas, promovendo a compreensão dos principais agregados das finanças públicas.

Programa

- Sistema Europeu de Contas;
- Setor das Administrações Públicas;
- Défice e excedente orçamental;
- Dívida pública e indicadores relevantes;
- Relação entre contabilidade pública e contas nacionais;
- Utilização da informação para análise e decisão.

Inscrições e manifestação de Interesse

A participação nas ações de formação previstas está sujeita a inscrição prévia ou manifestação de interesse, com vista a assegurar uma adequada planificação das atividades formativas, a gestão eficiente das vagas disponíveis e a constituição de grupos de formação alinhados com as necessidades institucionais identificadas.

Apresentação

Objetivos

Público-alvo

Ações

Inscrições

As inscrições poderão ser efetuadas a título individual ou mediante indicação dos respetivos órgãos, organismos ou serviços da Administração Pública, devendo os interessados assegurar o correto preenchimento dos elementos solicitados, nomeadamente os dados de identificação, a função exercida, a entidade de afetação e a ação de formação pretendida.

Para o efeito, os interessados poderão submeter a sua inscrição ou manifestação de interesse na secção dedicada à **Formação em Gestão Financeira Pública** no sítio Internet da EO, onde será publicitada regularmente a calendarização da oferta formativa. Para informação adicional contacte-nos através do endereço centro.competencias@eo.gov.pt.

As manifestações de interesse recebidas serão analisadas pelo Centro de Competências para a Gestão Financeira Pública da EO, tendo em consideração a adequação do perfil dos participantes aos objetivos da ação formativa, as prioridades institucionais definidas e a disponibilidade de vagas.

A submissão da inscrição ou manifestação de interesse não confere, por si só, o direito à participação na ação de formação, estando a respetiva admissão sujeita a validação e confirmação pela EO. Os candidatos admitidos serão oportunamente notificados através dos contactos disponibilizados no ato da inscrição, com indicação das condições de participação, calendarização, modalidade de realização e demais informações relevantes.

Com o objetivo de promover uma ampla disseminação de conhecimentos e o fortalecimento das capacidades institucionais no domínio da gestão financeira pública, os órgãos e organismos da Administração Pública são encorajados a identificar e indicar os seus trabalhadores com vista à participação nas ações formativas consideradas relevantes para o desempenho das respetivas funções e para o reforço da qualidade da gestão dos recursos públicos.

A EO reserva-se ainda o direito de desenvolver ações de formação específicas em resposta a necessidades emergentes ou a solicitações apresentadas pelos serviços e organismos públicos, desde que devidamente fundamentadas e enquadradas nas áreas temáticas abrangidas pelo presente Plano de Formação.